

# Entre política e literatura: o Brasil de Oswald de Andrade

Giordano Barlin Bertelli  
Tânia Pellegrini

*Durante essa meia-dúzia de anos fomos realmente puros e livres, desinteressados, vivendo numa união iluminada e sentimental das mais sublimes. Isolados do mundo ambiente, caçados, evitados, achincalhados, malditos, ninguém não pode imaginar o delírio ingênuo de grandeza e convencimento pessoal com que reagimos.*

Mário de Andrade, *O movimento modernista*

## Pontos de tensão

Nos estudos de literatura, em geral, a tônica tem sido o foco no texto “em si”, na fatura, nos recursos estilísticos, na produção de sentidos ou mesmo na sua história, sem que, em todos esses enfoques, seja dada maior atenção às relações sociais concretas que criaram as condições de possibilidade para que os textos surgissem e circulassem, recebendo a qualificação de “boa” ou “má” Literatura, estabelecendo-se ou não como canônicos, tornando-se “dignos” – e aí se fecha o círculo – de serem estudados “em si”, como elementos de ruptura ou de continuidade. Todavia, há toda uma rede de sociabilidade funcionando como uma espécie de estrutura invisível de produção, que permite a circulação e a valoração dos textos, quase sempre, em maior ou menor escala – dependendo do momento histórico –, vinculada a questões políticas e econômicas.

Nesse sentido, o conceito de *campo literário*, formulado por Pierre Bourdieu (1996), parece permitir a análise de dois fatores interligados e centrais à produção literária: as condições sociais que circunscrevem o âmbito da “liberdade criadora” encontrado por cada escritor ou grupo de escritores, em uma época e meio social determinados, e, por outro lado, a dinâmica social da vida literária que possibilita a um conjunto de proposições estéticas ser alçado da condição de proposta “inovadora” ou “dissidente” a modelo artístico-literário hegemônico.

Assim, a literatura deixa de ser vista como “criação do espírito”, alheia às influências de fatores considerados externos, para assumir claramente uma posição de artefato dependente, em maior ou menor grau, de tais fatores, que podem passar a atuar, até mesmo inconscientemente, na matriz criadora de cada escritor.

Um dos momentos extremamente fecundos para explicitar essas considerações, pelo caráter de dogma que imprimiu sua marca em toda a produção subsequente da literatura e da crítica, ao longo do século XX, é o Modernismo paulista e a figura do escritor tido como seu expoente maior: Oswald de Andrade. Nessa linha, é importante assinalar que esse caráter dogmático surgiu como tendência, firmando-se depois, a partir dos anos 1940, quando se consolidou a ideia de um modernismo renovador e revolucionário, que marcou com uma visão desabonadora toda a produção da arte e da literatura imediatamente anteriores, e, erigindo a Semana de 22 como “o ápice de uma linha contínua e ascendente, concorreu para desqualificar tudo o que o antecedeu”<sup>1</sup>. Passados quase cem anos, esse foco autorreferencial, que tantos estereótipos foi capaz de gerar – a despeito da força e qualidade de sua produção artística – começa a ser questionado, surgindo uma série de pontos de tensão, em meio aos quais este texto pretende ser situado.

## **O campo artístico-literário na virada do século**

Já é consenso que o Modernismo paulista esteve indissociavelmente ligado às mudanças materiais, socioeconômicas, políticas e culturais observáveis no Estado de São Paulo, na passagem do século XIX ao XX. Assim, sem que se pretenda um condicionamento mecânico e direto, importa observar que o processo de expansão da lavoura cafeeira pode ser tomado, em suas implicações, como um fenômeno gerador de várias mediações que articulam, no contexto estudado, o econômico, o cultural e o político. A emergência de um novo estrato social, composto de fazendeiros, políticos e empresários de vários ramos, direta ou indiretamente vinculados ao café, afetou diretamente o ambiente artístico.

Coerente com sua conduta de sistemático apagamento dos resquícios da era colonial, talvez buscando revestir, por um lado, de uma aura de prestígio e distinção cultural sua riqueza recém adquirida e, por outro, demarcar simbo-

---

<sup>1</sup>Camargos, *Villa Kyrial*, p. 192.

licamente sua progressiva projeção política na esfera nacional, a “nova elite” paulista adota uma série de iniciativas e intervenções em matéria de cultura, constituindo, no espaço social de São Paulo, os traços embrionários de um mercado de bens simbólicos, dotado das pré-condições de diferenciação estrutural entre suas instâncias internas, necessárias para seu funcionamento enquanto *campo cultural*<sup>2</sup>.

Tais mudanças desdobram-se na paulatina configuração de um campo artístico-literário, nos moldes que Bourdieu estabelece, para quem tal fenômeno está ligado “à autonomização progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos”. Segundo o mesmo autor, esse processo se faz acompanhar de três desenvolvimentos correlacionados: um deles é o surgimento de fatores semelhantes aos que acabamos de aludir, ou seja,

a multiplicação e diversificação das instâncias de consagração competindo pela legitimidade cultural, [...] e das instâncias de difusão cujas operações de seleção são investidas de uma legitimidade propriamente cultural, ainda que [...] continuem subordinadas a obrigações econômicas e sociais capazes de influir, por seu intermédio, sobre a própria vida intelectual<sup>3</sup>.

Entretanto, para o autor, há ainda duas dimensões cruciais para a gênese e funcionamento do campo cultural:

a constituição de um público de consumidores virtuais cada vez mais extenso, socialmente mais diversificado, e capaz de propiciar aos produtores de bens simbólicos não somente as condições mínimas de independência econômica, mas concedendo-lhes também um princípio de legitimação paralelo [e] a constituição de um corpo cada vez mais numeroso e diferenciado de produtores e empresários de bens simbólicos, cuja *profissionalização* faz com que passem a reconhecer exclusivamente um certo tipo de determinações; como exemplo, os imperativos técnicos e as normas que definem as condições de acesso à profissão e de participação no meio<sup>4</sup>.

De acordo com esses termos, percebe-se claramente que existe uma condição paulista para a emergência do Modernismo, que combina, além dos aspectos apontados, uma perspectiva outra, desenhada pelo novo espaço-

<sup>2</sup> Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, p.100.

<sup>3</sup> *Id.*, pp. 99-100.

<sup>4</sup> *Id.*, p. 100 (grifó nosso).

tempo da cidade que cresce e os estímulos europeus trazidos por uma elite viajante e crítica. Nesse contexto aqui rapidamente exposto, desenham-se novas coordenadas para os escritores. Em primeiro lugar, a relativa expansão do comércio livreiro e da atividade editorial<sup>5</sup>, que ajudavam a compor, ainda que incipiente, um circuito de circulação das obras literárias.

Paralelamente, a gradativa intensificação da atividade da imprensa, em parte ancorada na dinâmica de forças no interior da oligarquia paulista, dando origem a órgãos situacionistas, como o *Correio Paulistano* (1854) e ou de oposição, como *O Estado de São Paulo* (nascido *A província de São Paulo*, em 1875), além de revistas como *O Pirralho* (1911-1918) e a *Revista do Brasil* (1916-1925), vai fortalecer mecanismos já existentes, de difusão, visibilidade e consagração literárias. E, por fim, no que diz respeito a esse último fator, cabe observar a fundação da Academia Paulista de Letras (1909) e da Sociedade de Cultura Artística de São Paulo (1912), isso sem falar nos *salões*, espécie de “centros culturais” criados no interior de residências particulares de membros da burguesia, como o de Freitas Valle e o de Olívia Guedes Penteado, por onde passaram intelectuais e artistas do período.

## **Analfabetismo e cultura leitora**

Como se vê, trata-se de dimensões complementares, que se reforçam e se possibilitam, mas, dadas as condições da sociedade brasileira da época, pode-se dizer que tais fatores se inviabilizavam reciprocamente.

Com efeito, as condições do público de consumidores eram emblemáticas de uma formação social marcada por quase quatro séculos de colonização e escravidão, pela ausência ou, no melhor dos casos, pelo desenvolvimento tardio do ensino público básico, de universidades, bibliotecas e editoras, enfim, pelas instituições minimamente necessárias para a formação de uma cultura de leitura. Em fins do século XIX, o país contava com 70% de analfabetos<sup>6</sup>; por volta de 1918, de um total de aproximadamente 24.670.000 habitantes, exibia a cifra 1.688.000 de adultos alfabetizados<sup>7</sup>. Tais dados remetem à convergência de vários fatores desastrosos referentes à política

<sup>5</sup> Hallewell, *O livro no Brasil*, pp. 235-50.

<sup>6</sup> Lajolo e Zilberman, *A formação da leitura no Brasil*, p. 64.

<sup>7</sup> Hallewell, *op. cit.*, pp. 176-243.

educacional republicana<sup>8</sup>, no país em que, no dizer do crítico acadêmico Medeiros e Albuquerque, os professores “não se formam em parte alguma. Improvisam-se”<sup>9</sup>.

Se a educação formal é pré-condição para a aquisição de competências requeridas para o acesso a universos culturais mais amplos, pelo menos àqueles de que tratamos aqui, esses breves apontamentos deixam entrever um espaço social em que os padrões de distribuição do *capital*<sup>10</sup> *cultural* delineavam uma estrutura acentuadamente assimétrica, reproduzindo o fosso existente entre a elite educada nos padrões europeus, os segmentos das camadas médias com possibilidades de acesso ao precário capital escolar, disponibilizado pelo Estado, e o grosso da população iletrada. Desse modo, ressalta, no período, o caráter excludente e extremamente restrito do universo social correspondente ao campo do poder, seja econômico ou cultural.

O escritor Paulo Barreto (João do Rio) capta com precisão tal aspecto em seu significado comprometedor para a constituição de uma sociedade republicana: éramos, diz ele, “uma nação de abandonados, em que uma parte mínima é bacharel, toma o governo, o emprego público, verseja, é extraordinariamente culta numa profunda miséria”<sup>11</sup>.

Assim, é importante indicar, em termos gerais e nos pontos que aqui nos interessam, as leituras preferenciais daqueles poucos que podiam ler. Em matéria de obras literárias, os mais procurados eram Machado de Assis, José de Alencar, Coelho Neto e Afrânio Peixoto, superados, contudo, por Eça de Queiroz<sup>12</sup>. Na poesia, as preferências recaíam no parnasianismo de Olavo Bilac<sup>13</sup>. Cabe acrescentar, é claro, a torrente de autores estrangeiros, com predomínio dos franceses que chegavam na esteira da francofilia em voga<sup>14</sup>. Deve-se observar que, no caso desses autores, o sucesso comercial, índice de legitimação externo ao campo literário, era acompanhado pela consagração interna ao campo, pelo processo de legitimação em instâncias especificamente culturais (crítica, academia etc.), a que se deve acrescentar

<sup>8</sup> Lajolo e Zilberman, *op. cit.*, pp. 154-62.

<sup>9</sup> *Apud* Martins, *História da inteligência brasileira (1915-1933)*, p. 83.

<sup>10</sup> Utilizamos o conceito de acordo com Bourdieu (*O poder simbólico*, p. 134).

<sup>11</sup> Martins, *op. cit.*, p. 82.

<sup>12</sup> Hallewell, *op. cit.*, p. 235.

<sup>13</sup> Martins, *op. cit.*, p. 134.

<sup>14</sup> Broca, *Vida literária no Brasil, 1900*, pp. 91-2.

o apoio que alguns dentre eles, como Machado e Bilac, encontravam em figuras com posições de relevo no campo do poder, como, entre outros, o Barão de Rio Branco<sup>15</sup>.

Entretanto, verificou-se uma significativa proliferação de periódicos literários<sup>16</sup>, assim como se intensificou a colaboração de escritores em jornais e revistas<sup>17</sup>. O crescimento e a diversificação do mercado editorial, assentado no crescimento da economia urbano-industrial e na modernização técnica do setor, bem como a ampliação do público leitor e a permanência da maioria das publicações, ao longo do período estudado, permitem concluir que havia um consumo relativamente estável, sugerindo que os hábitos de leitura incidiam predominantemente, ou no mínimo em igual escala, sobre elas.

O conteúdo predominante nos periódicos de maior circulação consistia em um misto de literatura, variedades, retratos da vivência social e mundanismo, atribuindo valores positivos ou negativos à complexidade da vida real. Grande parte dos textos assumia um feitio ameno e superficial, o que transparece emblematicamente na definição de literatura de Afrânio Peixoto, um dos autores mais vendidos à época, que a entendia como “o sorriso da sociedade”<sup>18</sup>.

No interior desse mesmo filão estético e literário, devemos ainda mencionar a permanência de um gênero que, desde o século XIX, gozava de ampla presença, tanto nas revistas quanto nos jornais brasileiros: o *folhetim*<sup>19</sup>. Pautando-se na publicação sobretudo de traduções de autores estrangeiros como Dumas e Ponson du Terrail, os *romances-folhetins* lograram ampla penetração junto ao público, conseguindo ultrapassar, mediante os serões de leitura coletiva em voz alta, até mesmo as fronteiras do analfabetismo.

## **Mercado editorial e expansão da imprensa**

Quanto à terceira dimensão do processo de emergência do campo de produção cultural em São Paulo, pode-se dizer que, na medida em que se deu

<sup>15</sup> Sevcenko, *Literatura como missão*, p. 46.

<sup>16</sup> Podem-se citar aqui, entre muitas outras, no Rio de Janeiro, *Kosmos* (1904-1909) e *Fon-Fon* (1907-1945); em São Paulo, *O pirralho*, já mencionada, *Papel e tinta* (1920), de Menotti Del Picchia. Deve-se ressaltar, porém, que as chamadas “revistas literárias” ultrapassavam esse objetivo: “poesia, arte, literatura e teatro constituíam temas de regra, mas a crônica cotidiana quase sempre se impunha” (Martins e De Luca, *História da imprensa no Brasil*, p. 107).

<sup>17</sup> Broca, *op. cit.*, pp. 216-41.

<sup>18</sup> Broca, *op. cit.*, p. 4 e pp. 136-7.

<sup>19</sup> Meyer, *Folhetim*.

a expansão das atividades de imprensa, os jornais e revistas passaram a reunir as principais oportunidades profissionais aos homens de letras do período. Escrever na imprensa tornou-se uma oportunidade de renda e também uma forma de legitimação, distinção e até de poder político.

Tal circunstância deveu-se sobretudo ao caráter incipiente do campo editorial à época. As principais casas editoras dividiam seus empreendimentos entre as atividades de edição, destituídas, aliás, de oficinas tipográficas próprias, e as de venda de obras nacionais e importadas, recaindo sua ênfase sobre esta última, o que as caracterizava como livrarias. Entretanto, não era das melhores a condição dos autores que conseguiam firmar-se em uma editora. Salvo pouquíssimas exceções, os contratos das edições eram acentuatadamente desfavoráveis aos autores e, além disso, mal remunerados<sup>20</sup>. Mas com o lançamento de um grande número de periódicos, surgiram novas oportunidades para os que desejavam “viver da pena”. Criava-se, assim, um mercado jornalístico. Vale a pena citar a afirmação de Monteiro Lobato, que bem cedo percebeu isso. Em uma de suas cartas a Godofredo Rangel, escreve: “Já encetei a série de artigos para *A Tribuna* e já fiz jus a 40\$000. Com isso pago dois meses do aluguel da casa. Pagar a casa com artigos, que maravilha, hein?”<sup>21</sup>.

Desse modo, o desdobramento sócio-cultural de tais injunções objetivas do campo aparece, em larga medida, nas modalidades associativas predominantes entre produtores e empresários culturais (assim também entre estes e os ocupantes de posições de relevo externas ao campo), cujas relações, não raro, assumiam a forma da troca de favores, compadrio e clientelismo<sup>22</sup>, como uma espécie de acomodação às condições concretas e objetivas de produção e difusão de bens culturais.

Portanto, a nosso ver, as atividades possibilitadas pelos postos abertos na imprensa, não configuram, como quer Brito Broca, um *second métier*<sup>23</sup> para os escritores, mas, ao contrário, o primeiríssimo e indispensável ofício. E pode-se afirmar isso tanto no que concerne à sua imediata reprodução material, como fonte de renda, quanto à sua existência e também reprodução de sua condição social e simbólica, enquanto espaço em que a aparição, seja por

<sup>20</sup> Lajolo e Zilberman, *A formação da leitura no Brasil*, pp. 88-99.

<sup>21</sup> *Apud* Martins e De Luca, *op. cit.*, p. 94.

<sup>22</sup> *Id.*, pp. 76, 85.

<sup>23</sup> Broca, *op. cit.*, p. 216.

obra própria ou pela menção de terceiros, atua como fator de visibilidade e de possibilidade de consagração.

Assim, se as mudanças de que vimos tratando contribuíram para elevar o grau de diferenciação social da figura do escritor, deve-se notar, entretanto, que a forma e os limites que assumiu estão também presentes entre as razões da fragilidade de condição que, tendencialmente, pesava sobre ela. É significativo, neste ponto, o caso de uma das principais lideranças do modernismo, Mário de Andrade, que se via impelido a uma constrangedora contabilidade literária. Em carta a Sérgio Milliet, o escritor tecia estas sugestivas considerações:

recentemente andei relendo meus artigos e vi claro que estava me dispersando e confundindo escrever artigo sem ter assunto, muitas vezes forjando assuntos para escrever artigo e mais ainda formalmente confundindo ganhar dinheiro com escrever artigos. (...). Fixei frio o lado ganhar dinheiro e só escrevo mesmo coisa que renda (...). E quando tiver um assunto que se imponha, isso sim, escreverei e darei até de graça, se ninguém quiser pagar<sup>24</sup>.

Vê-se, por aí, a precariedade social das condições e do grau de profissionalização alcançado até então pela carreira de escritor. Pode-se dizer, desse modo, que São Paulo já reunia condições estruturais minimamente necessárias para a emergência de um campo de produção cultural, pelo menos no que diz respeito à aparição, ainda que incipiente, de instâncias encarregadas da difusão e consagração de produtos e produtores culturais. Entretanto, o baixo grau de desenvolvimento das pré-condições necessárias para esse processo, a formação de um mercado consumidor de bens simbólicos e a profissionalização dos agentes do campo, embora em ascensão, mostravam-se ainda deficientes. Com efeito, tais indagações remetem ao baixo grau de autonomia relativa do campo literário, no período, e levam a indagar sobre as condições que possibilitaram a criação de um público e a posterior vitória simbólica do grupo modernista.

## **A problemática literária**

A autonomia relativa do campo literário aponta para uma porosidade das questões especificamente literárias em relação a temas que então come-

<sup>24</sup> *Apud* Lajolo e Zilberman, *op. cit.*, p. 113.

çavam a circular com grande intensidade no campo do poder. A principal delas refere-se ao ideário nacionalista que, parece, ao menos no caso de São Paulo, era posto em pauta pela elite política e econômica, formada, como observa Miceli, em grande parte por homens educados na Europa ou segundo o padrão europeu, preocupados em forjar uma tradição cultural que em nada ficasse a dever aos “centros de civilização” da época<sup>25</sup>.

Como se sabe, as discussões intelectuais e elaborações literárias em torno de motivos nacionalistas remontam ao Romantismo. Sem pretender um retrospecto, que se poderia prolongar indefinidamente, atendo-nos unicamente ao período em foco, observa-se uma forte retomada, já no início do século, nas obras, entre outros autores, de Lima Barreto e Euclides da Cunha. Inseridos na realidade social da capital de um país que então se modernizava sem, contudo, aos seus olhos, ter se constituído enquanto nacionalidade, esses autores, com suas respectivas especificidades, em função do grau e da modalidade de sua inserção social, tematizaram e formularam em seus textos um nacionalismo que, se não chega a ser um projeto político articulado, buscava ao menos estipular, segundo Sevcenko, parâmetros e bases comuns que levavam em conta, ou pretendiam levar, a extensão social e territorial de todo o país<sup>26</sup>. Na opinião de Alfredo Bosi,

um Euclides da Cunha e um Lima Barreto (para citar os maiores) tiveram condições existenciais para explorar criticamente, agonicamente, o veio do nacionalismo, porque, de alguma forma, eles se debatiam no interior de nossos vários contrastes, litoral/sertão, cidade/campo, branco/mestiço, bacharel/analfabeto, e, a partir deles, construíram as suas obras, nas quais o protesto e a crítica conservaram, nas dobras da bandeira, um certo ar de família<sup>27</sup>.

No universo cultural paulista, ocorre, então, nesse particular, uma série de fenômenos significativos. Um deles é a fundação da *Revista do Brasil*, já mencionada, sob a batuta do grupo Mesquita e alguns de seus simpatizantes. Em seu editorial de estreia, ela se justificava pelo “desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista”<sup>28</sup>. Como

<sup>25</sup>Miceli, *Nacional estrangeiro*, p. 28.

<sup>26</sup>Sevcenko, *Literatura como missão*, p. 243.

<sup>27</sup>Bosi, *Céu, inferno*, p. 118.

<sup>28</sup>Apud Martins, *História da inteligência brasileira (1915-1933)*, p. 38.

outras do período, abordava temas variados, entre os quais a literatura, mas sua linha editorial apontava claramente “a construção de um discurso sobre a identidade nacional e a projeção de fórmulas de ordenamento social”<sup>29</sup>.

Simultaneamente, intensificam-se os eventos e publicações voltadas para temáticas semelhantes, no entanto moduladas por um forte referencial regional. As conferências “caipiras” de Cornélio Pires (1914), os bailes pas-toris promovidos no Teatro Municipal, a publicação de obras regionalistas de Catulo da Paixão Cearense, de Afonso Arinos e Amadeu Amaral (entre elas, deste último, um estudo sobre o *Dialeto Caipira*, de 1920) indicam a busca de elaborações simbólicas de cunho nacional-regionalista.

Entretanto, tais manifestações nacionalistas distinguem-se das anteriores pela retração da escala de ponto de vista. Trata-se de um processo de invenção historiográfica e literária que vinha atuando, sintomaticamente, pelo menos desde os primórdios do movimento republicano paulista e que condensava os referenciais de sua épica nacionalista, na idealização da experiência particular da formação histórica e social de São Paulo. Sob esse aspecto situa-se, por exemplo, *Juca Mulato* (1917), de Menotti Del Picchia, sintonizado com o universo simbólico delineado na pintura de Almeida Júnior, visto com entusiasmo por Oswald de Andrade, no artigo *Em prol de uma pintura nacional*, em *O Pirralho*: “Creio que a questão da possibilidade de uma pintura nacional foi em São Paulo mesmo resolvida por Almeida Júnior, que se pode muito bem adotar como precursor, encaminhador e modelo”<sup>30</sup>.

Ao ensaiar suas primeiras aparições no campo literário, os futuros modernistas caracterizam-se por tomadas de posição que se afinam com algumas já dadas e bem demarcadas. Contudo, à medida que o grupo ganha coesão, o caráter aparentemente “neutro” com que esse registro paulista da nacionalidade aparece, cederá lugar a uma visão do Brasil que se pode chamar de *paulicêntrica*. Esse processo culminará na Semana de Arte Moderna, trazendo o foco de interesse nacional para São Paulo, “num momento crucial para a metrópole do café na disputa com o Rio de Janeiro pela hegemonia cultural do país”<sup>31</sup>. Nos textos “combativos” de 1920 e 1921, delineia-se então um vetor de forças que aponta para a produção de novas posições, necessariamente

<sup>29</sup> Martins e De Luca, *op. cit.*, p. 109. Em 1918, Monteiro Lobato adquiriu a revista e, entre as modificações que introduziu, registre-se a ampliação do espaço destinado à criação literária.

<sup>30</sup> Andrade, *Estética e política*, p. 141.

<sup>31</sup> Camargos, *Villa Kyrial*, p. 185.

acompanhadas pelo questionamento da distribuição da autoridade literária. Assim, Oswald de Andrade assevera a “vocalização futurista” de um “povo de mil origens, arribado em mil barcos, com desastres e ânsias”<sup>32</sup>. À notação étnico-racial aglutina-se o referencial geográfico, complementando o *pathos* épico da imagem com a “luminosa metrópole, estuante de labor intelectual [...] fatalizada a futurismos de atividades, de indústria, de história e arte, reconhecido *leader* mental da nação”, onde se geram “*idéias e escolas*” que se distinguem das “*velhas fórmulas perras*”<sup>33</sup>. Cabe assinalar que semelhante representação, com a mesma temática e sentido, isto é, a liderança cultural de São Paulo, atrelada às suas características econômicas, históricas e raciais, pipoca nos escritos da mesma época, em autores como Mário de Andrade, Menotti Del Picchia e o simpatizante carioca do movimento, Ronald de Carvalho<sup>34</sup>.

Tais elementos, atrelados à postulação de uma hegemonia intelectual, descrevem um processo homólogo ao que então se efetivava no campo político. Tal homologia, considerada juntamente com a relativa insipiência estrutural do campo literário de então, leva ao tema das relações entre o grupo modernista e a elite política paulista, isto é, à análise de algumas dimensões da inserção do campo literário no campo do poder<sup>35</sup>. Essa talvez seja uma chave importante para a compreensão tanto das condições sociais, que elevaram o modernismo a modelo estético hegemônico, quanto da constituição de alguns traços que deram feição à sua poética, sobretudo ao nacionalismo modernista do Oswald dos manifestos *Pau-Brasil* (1924) e *Antropófago* (1928).

## A elite paulista

É importante lembrar que, já por volta de 1870, movimentavam-se em São Paulo as forças que levariam a então província à posição de principal centro dinâmico da economia brasileira. A disponibilidade do fértil território chamado *Oeste Paulista*, conjugada à alta da demanda e dos preços internacionais do café, resultou em uma série de iniciativas postas em prática pelos grupos que se encontravam em condições de responder às perspectivas de enriquecimento, inscritas nestas novas zonas em franca expansão. A via-

<sup>32</sup> Apud Fabris, *O futurismo paulista*, pp. 8-10.

<sup>33</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>34</sup> *Id.*, pp. 3-10.

<sup>35</sup> Bourdieu, *As regras da arte*, p. 243.

bilização das novas frentes de atividade econômica pedia resoluções com maior manobra política do que a encontrada pelos paulistas no sistema de poder vigente no Império, sendo que a instauração do regime republicano, de 1889, foi a instância política correlata à redefinição e reestruturação das regras desse jogo interno ao campo do poder.

São Paulo pôde continuar, no novo contexto, a continuidade da substituição do escravo pelo imigrante e a contratação de vultosos empréstimos externos para as nascentes companhias ferroviárias e, mais tarde, para os recorrentes planos de valorização do café. Contudo, os interesses paulistas, assim como grande parte dos meios para sua realização, estavam basicamente circunscritos ao âmbito estadual e não se traduziram na diminuição do controle político federal<sup>36</sup>.

Não interessa aqui esmiuçar os meandros da dinâmica política que viabilizou tal estratégia, mas sim reter o fato de que, ao longo do processo de institucionalização do regime, esteve permanentemente fora do foco de discussão, entre os grupos dirigentes, definir “o que seria básico numa ordem política que formalmente era representativa: e o povo, como opina? quem são os eleitores e qual sua independência real?”<sup>37</sup>.

Observa-se, assim, no campo político, algo análogo ao que se poderia notar no campo literário: a ausência, pelo menos por parte do grupo modernista paulista, de um debate acerca das condições sociais da atividade literária, tais como, entre outras, o alto índice de analfabetismo e seus efeitos comprometedores sobre a formação de uma cultura leitora. Ou seja, se no campo literário questões de cunho social eram postas de lado pela polêmica modernista, restrita a aspectos estritamente estéticos, assim também, no campo político, a atuação da elite paulista pautou-se unicamente por questões relativas à configuração do Estado mais adequada aos seus interesses emergentes.

Ao que parece, ambos os campos em questão circunscreviam seus ocupantes em um espaço de relações e sociabilidade distantes do resto da realidade social mais ampla, a ponto de os fenômenos dela oriundos se lhes aparecerem como “fora de foco” ou dentro de uma ótica muito específica. De fato, parece tratar-se menos de uma eventual realidade acobertada, que de uma realidade cujos traços são filtrados e relacionados de acordo com esquemas específicos de percepção e apreciação do mundo social, gestados

<sup>36</sup> Love, “Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira”, p. 74.

<sup>37</sup> Cardoso, “Dos governos militares a Prudente-Campos Sales”, p. 41.

em cada campo<sup>38</sup>. Assim é que se verifica, nas posições assumidas pela elite política paulista, uma concepção autoritária da vida social, expressa na célebre declaração de Washington Luís, segundo a qual “o conflito social é antes de tudo uma questão de polícia”.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma analogia com a visão que Oswald de Andrade lançava sobre o mundo social brasileiro, sobretudo no que se refere à lógica que presidiu a revalorização do popular e a supervalorização de São Paulo, na proposição de uma arte nacional.

É igualmente importante notar – e eis mais uma analogia com o grupo modernista – que o itinerário da elite paulistana descreve, no campo político, uma trajetória ascendente que vai, em âmbito nacional, de sua relativa marginalização, durante o Império, ao início e consolidação de uma estratégia de hegemonia, durante a Primeira República. Portanto, parece correto chamar a atenção para o caráter de novidade de que se revestiu a aparição da elite paulista no cenário nacional, tanto no aspecto político, conforme vimos apontando, como no econômico, em face da proliferação de fortunas recentes, advindas da expansão cafeeira.

Da condição de predomínio econômico recém-adquirido e da posição de hegemonia política recém-ocupada, derivou um conjunto de iniciativas, por parte da elite paulistana, para estabelecer uma produção cultural que revestisse sua proeminência de um caráter simbólico de distinção, tanto em face das antigas e concorrentes elites, quanto em face das crescentes camadas, nativas ou adventícias, cuja presença se fazia sentir com relativa intensidade, principalmente na então florescente vida urbana.

## **Uma épica para São Paulo**

Foi, portanto, no bojo da expansão cafeeira e nos primórdios do movimento republicano que se manifestaram em São Paulo as primeiras tentativas institucionais e simbólicas de uma elaboração cultural cujo material seria firmemente calcado na idealização da experiência histórica paulista. É na especificidade de tal experiência, ou no que aparecia como tal, aos olhos dos

---

<sup>38</sup> Como argumenta Bourdieu, “se as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objetivas do mundo social e porque as relações de forças estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações” (*O poder simbólico*, p. 142).

letrados e políticos da terra, que seriam garimpados não só os temas, figuras e heróis a serem (re)construídos, como também as tramas e pontos de vista a partir dos quais narrá-los.

O fato de que a ideia de uma “Pátria Paulista” começa a ganhar corpo em fins do Império, com fortes tintas separatistas, em contraposição ao centralismo monárquico<sup>39</sup>, demarca bem o campo de forças que circunscreveu o lugar social de tais elaborações: a recomposição do campo político nacional com a crescente influência das lideranças paulistas, sob o peso dos interesses da cafeicultura. Por outro lado, se a construção de uma identidade paulista respondia a demandas ligadas às mudanças da política nacional, o mesmo processo de expansão econômica, que em grande medida as sustentou, ajudava também a promover uma diversificação social que, sobretudo a partir dos anos 1920, de alguma forma relativizava antigas pretensões de precedências e distinções aristocráticas:

a aristocracia, [...] via-se desafiada pela aparição de novos componentes sociais com suas inevitáveis demandas de poder e identidade. À testa dessas demandas, típicas de uma economia urbana, ou agrário-industrial, estavam os proprietários industriais de origem estrangeira, os pequenos e médios fazendeiros, muitos deles imigrantes, bem como um contingente operário que se agitava em greves e formas inusitadas de organização<sup>40</sup>.

É nesse contexto que surgem as primeiras iniciativas ligadas à empreitada simbólica da “pátria paulista”. Num momento em que a relevância econômica de São Paulo começa a ganhar maior peso, em contraste, o estereótipo do paulista continha forte carga pejorativa, uma reminiscência do retrato jesuíta do bandeirante, “homens rudes, violentos e ignorantes”, assim como a escrita da história, a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, legava a São Paulo um papel de irrelevância e pouco destaque<sup>41</sup>.

Essas iniciativas ganhariam expressão institucional mais sólida em 1894, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Como observa Ferreira: “Depois de setenta anos de debates indianistas e regionalismos românticos, sob a proteção da Coroa, caberia a eles [os fundadores

<sup>39</sup> Hollanda, “As influências regionais”, pp. 275-6.

<sup>40</sup> Ferreira, *A epopéia bandeirante*, pp. 268-9.

<sup>41</sup> *Id.*, pp. 34-5.

do I.H.G.S.P.] revisitar os marcos da nacionalidade com outros olhos e novo patrocínio”. Isto é, ao deslocamento do centro de hegemonia política, correspondia a pretensão de deslocamento da autoridade intelectual.

Para a elaboração de uma nova versão do Brasil, ou seja, para a “versão paulista da história brasileira”, faltava, entretanto, a eleição de um referencial simbólico apto a auxiliar na configuração desta nova narrativa, tanto em seus aspectos formais quanto de conteúdo. A figura do *Bandeirante* seria modelar no desempenho de semelhante função. Largamente explorada pelos colaboradores do Instituto, a identificação do bandeirante como antepassado e modelo do tipo paulista por excelência encerrava virtualidades simbólicas passíveis de serem elaboradas, de modo a oferecer à “pátria paulista” tanto um foco narrativo próprio, o papel das bandeiras, e, por extensão, de São Paulo, na trama da história nacional, como um conteúdo propício à exaltação de figuras e feitos heroicos, enfeixados sob o signo da predestinação:

a presa dos índios, através de inóspitas paragens, foi a mais audaciosa aventura dos bandeirantes, que, antes do meado do século XVI, começaram a se internar em desconhecidos sertões, substituindo-se à metrópole na formação do nosso território. E, assim, nem os rios caudalosos, nem as florestas emaranhadas, nem os rumos incertos, nem os animais bravios, nem as intempéries, nem os perigos a cada passo, nada os demoveu do cumprimento, embora inconscientemente, de seu destino histórico<sup>42</sup>.

Com efeito, a genealogia bandeirante tratou de glorificar figuras da terra e apagar vultos anteriormente consagrados, narrando episódios da história oficial a partir de São Paulo. No interior desses marcos, a história do Brasil sugeria um *continuum*, cujo acontecer não passava da preparação heroica das glórias do presente republicano. Interligando passado e presente, a imagem mítica e atemporalmente concebida de uma saga bandeirante, fortalecendo a visão *paulicêntrica* do Brasil:

reaviva-se um período de aventuras e um espírito coletivo intrépido, considerando-se os bandeirantes como artífices do progresso regional, que continuava na cafeicultura, nas locomotivas, na metropolização da capital e nas indústrias. A atividade bandeirante era assim tomada como o veículo da formação territorial paulista e da própria edificação do país<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> *Id.*, p. 140.

<sup>43</sup> *Id.*, pp. 132-3.

A experiência social concreta da expansão econômica de São Paulo encontrava finalmente sua elaboração simbólica no tema histórico da expansão bandeirante. No interior dessas “narrativas” equacionavam-se pressupostos políticos, identificando a ligação ascendente entre café, São Paulo e riqueza nacional, acionados sempre que os interesses estaduais buscavam eficácia no plano federal, com pressupostos simbólicos, segundo os quais “a história de São Paulo é a própria história do Brasil”<sup>44</sup>.

## Políticos e literatos

Não parece impróprio afirmar que vários traços da produção oswaldiana formataram seus contornos no interior do referencial simbólico acima descrito, ou, pelo menos, guardam com ele considerável analogia. O motivo épico da expansão, por exemplo, reaparece em vários lances poéticos do autor. Podemos vislumbrar seus acenos em certas unidades no interior dos poemas, onde se insinua, no gosto oswaldiano pelo registro visual, uma tentativa de indicar a dilatação dos espaços paulistas, ou ainda como elemento expressivo organizador, que dispõe a cena tematizada ao longo de um único poema. No primeiro caso, encontra-se esta passagem do poema *versos de dona carrie*, que tematiza o interior do estado cafeeiro e suas pequenas cidades:

Cafezais  
Cidades  
Que a Paulista recorta  
Coroa colhe e esparrama em safras<sup>45</sup>.

O motivo aparece explicitamente no tema do avanço da cafeicultura, acompanhado pela estrada de ferro e pela urbanização, mas também formalmente na centralidade atribuída à (estrada de ferro) “Paulista”, signo do deslocamento territorial e do progresso, que, justaposta aos verbos de movimento, solda a mediação entre o crescimento da lavoura, a intensificação da urbanização e o aumento da produtividade.

No segundo caso, inclui-se a composição de todo o poema, sugestivamente intitulado *paisagem*:

<sup>44</sup> *Id.*, p. 110.

<sup>45</sup> Andrade, *Poesias reunidas*, p. 93.

O cafezal é um mar alinhavado  
Na aflição humorística dos passarinhos  
Nuvens constroem cidades nos horizontes dos carregadores  
E o fazendeiro olha satisfeito os seus 800.000 pés coroados<sup>46</sup>.

O mesmo *topos* que estamos salientando aqui é reelaborado na amplitude da perspectiva em que se desenvolve a cena. Mais que mero elemento externo a ela, equivalendo ao enquadramento em pintura, tal perspectiva forma-se a partir de dentro, na metáfora do mar recoberto pela dispersão das aves e estende-se ao longo do comprimento do verso desdobrado visualmente em nuvens e cidades no horizonte. A longitude deste é patenteada pela identificação daqueles que lhe servem de referência e pelo contexto concreto de sua atividade: os *carregadores* que reúnem a colheita (*antes de a espalhar a Paulista*), ao longo da ruas da lavoura. O toque de leveza lírica e alegre é dado pela dinâmica aflita dos passarinhos, sugerindo movimento e ruído. Um quadro realista. Por fim, a amplitude da cena resolve-se na largueza de visão do fazendeiro que, em contraste com os carregadores, olhando ao longe, por lhes ser estranho o que está perto, olha do alto de sua posição o que se estende ao longe, mas lhe é próprio.

Semelhantes correspondências impõem um olhar mais detido sobre as relações entre a elite política e econômica de São Paulo e o grupo de escritores modernistas. Por um lado, as instituições cujo aparecimento possibilitou a estruturação do campo de produção cultural em São Paulo, durante o período, estiveram, direta ou indiretamente, vinculadas às iniciativas dos grupos recém-empossados do poder econômico e do mando político. Por outro, a insipiência do mercado editorial e a relativa exiguidade do público leitor convergiam para o baixo grau de profissionalização dos escritores e para a conversão do exercício do jornalismo em uma condição indispensável à atividade dos mesmos, como vimos. Nesse sentido, residia na própria configuração do campo literário um fator de atração social entre seus agentes e os agentes do campo do poder<sup>47</sup>. Ao situar a origem social dos escritores modernistas no interior da classe dominante paulista, Miceli aponta para o caráter de *dependência* assumido entre esses intelectuais e o grupo dirigente de São Paulo:

<sup>46</sup> *Id.*, p. 90.

<sup>47</sup> Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)*, pp. 2-7.

embora a expansão do campo editorial e a ampliação das oportunidades de ingresso no serviço público tenham influído consideravelmente para a transformação das condições do trabalho intelectual vigentes na República Velha, as possibilidades de acesso às profissões intelectuais continuam a depender, em medida significativa, das estratégias de reconversão das famílias que estão em condições de transmitir aos filhos um certo montante de capital social e cultural variável conforme o grau de proximidade dessas famílias da fração culta da classe dominante<sup>48</sup>.

Embora nunca tenha formalizado sua adesão ao Partido Republicano Paulista, Oswald vinha de uma família abastada, que mantinha relações de proximidade com o partido; seu pai exerceu consecutivos mandatos na câmara de vereadores de São Paulo, ao lado de Antônio Prado como prefeito. De resto, sua assídua colaboração no *Correio Paulistano* indica que há muito recebera uma acolhida favorável, no interior dos círculos perrepeistas, às suas pretensões de escritor<sup>49</sup>. Além de ter consolidado aí uma posição estratégica, contou ainda com a simpatia e a subvenção extraoficial de Washington Luís em seu empreendimento de *O Pirralho*<sup>50</sup>. A contrapartida do reconhecimento ao mecenato do futuro presidente viria por diversas vias, além da tomada de posição expressa no combate político. Em 1916, quando de sua estreia literária nas peças escritas em parceria com Guilherme de Almeida<sup>51</sup>, os autores selavam a aliança entre incentivo artístico e compromisso político com uma dedicatória, no francês apreciado nas rodas mundanas dos salões: ao “Senhor Doutor Washington Luiz Pereira de Sousa. Prefeito da Cidade de São Paulo. Quisemos fazer desta primeira peça nosso escudo de combate. Leia-se em seu brasão vosso nome – peça honrada que aí colocamos em abismo”<sup>52</sup>.

A dedicatória sedimentava um convívio cotidianamente reiterado em um espaço social no qual germinavam também alianças mais íntimas, como o apadrinhamento de Washington Luís, Olívia Guedes Penteado e Júlio Prestes ao casamento de Oswald e Tarsila do Amaral<sup>53</sup>. Deve-se salientar

<sup>48</sup> *Id.*, pp. xx-xxi.

<sup>49</sup> Oswald atuou na imprensa desde 1909 até sua morte, começando como redator e crítico teatral no *Diário Popular*, com a coluna “Teatro e Salões”. No *Correio Paulistano*, colaborou inclusive como correspondente em Paris; trabalhou também no *Correio da Manhã* e *Folha de S. Paulo*. Além das revistas *Klaxon* (1922) e *Antropofagia* (1928), criadas por ele, publicou na revista de variedades *A Cigarra* (1914).

<sup>50</sup> Andrade, *Um homem sem profissão*, p. 67.

<sup>51</sup> Trata-se das peças em francês, *Mon Coeur Balance* e *Leur Âme*.

<sup>52</sup> Almeida e Andrade, *Mon coeur balance; Le âme*, p. 21.

<sup>53</sup> Boaventura, *O salão e a selva*, p. 118.

que muito do trabalho de propaganda modernista apoiou-se nas alianças entre escritores, políticos e empresários. A própria realização da Semana de 22 foi planejada e apoiada por figuras como Paulo Prado, em cujo palacete situou-se “o centro ativo onde se elaborou o modernismo”<sup>54</sup>.

É de especial interesse, por situar-se na intersecção entre conveniência política e literária, a aproximação entre o grupo modernista e o escultor Vitor Brecheret, que, segundo Mário de Andrade, “modorrava em São Paulo numa espécie de exílio, num quarto que lhe tinham dado grátis, no Palácio das Indústrias, para guardar os seus calungas”<sup>55</sup>. Pode-se mesmo dizer que houve uma espécie de “apropriação” da obra do primeiro pelos propósitos do grupo. Constituiu-se uma comissão de intelectuais, composta por Monteiro Lobato, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade, com a incumbência de viabilizar a intenção do poder público estadual de erigir um monumento às Bandeiras, por ocasião do Centenário da Independência. Recém-descoberto por Oswald, Menotti e Di Cavalcanti, Brecheret foi um dos mais cotados para a realização da obra. Grande parte dos motivos dessa escolha provavelmente residiu na ênfase com que a crítica modernista vinha ressaltando certos aspectos do seu trabalho. Ainda com Mário de Andrade: “E fazíamos verdadeiras *rêveries* a galope em frente da simbólica exasperada e estilizações decorativas do ‘gênio’. Porque Vitor Brecheret, para nós, era um gênio!”<sup>56</sup>. Ou seja, pode-se dizer que “a simbólica exasperada e as estilizações decorativas” adequavam-se, a um só tempo, a uma apreciação que os assimilava à bandeira de luta da renovação estética pleiteada pelos escritores modernistas e os contrapunham aos alegados valores estéticos ultrapassados. Assim, Oswald, no quinquenário *Papel e Tinta* (1920), fundado e dirigido por ele e Menotti, observa:

na Europa, Brecheret não se limitou apenas a estudar com aplicação as normas medicinais da escola, antes, possuído de uma clara inteligência e de uma força de cultura ainda rara neste país de lenta evolução, observou as idéias modernas da escultura, comungou com elas e tornou-se por isso quase único em nosso meio. Brecheret é atual e vivo num entremez de bonecos que refletem o movimento artístico europeu de 50 anos atrás<sup>57</sup>.

<sup>54</sup> Andrade, *Estética e política*, p. 123.

<sup>55</sup> Andrade, *Aspectos da literatura brasileira*, p. 232.

<sup>56</sup> *Id.*, p. 233.

<sup>57</sup> *Apud* Brito, *História do modernismo brasileiro*, 1, pp. 105-6.

Portanto, da imbricação entre campo literário e campo político, desprendem-se várias das linhas estratégicas percorridas pelo grupo modernista, na luta pela sua legitimação literária. Ao que parece, *nesse aspecto específico*, o programa nacionalista de Oswald de Andrade, expresso nos *Manifesto Pau-Brasil* e *Manifesto Antropófago*<sup>58</sup>, nutriu-se largamente da proximidade social que o autor mantinha com a elite política paulista, o que se pode atestar tendo em vista as correspondências, em tais textos, entre a matriz simbólica bandeirante e as tomadas de posição programáticas do autor.

## O popular domesticado

Temos a base dupla e presente – a floresta e a escola. A raça crédula e dualista e a geometria, a álgebra e a química logo depois da mamadeira e do chá de erva-doce. Um misto de “dorme nenê que bicho vem pegá” e de equações. (...) Obuses de elevadores, cubos de arranha-céu e a sábia preguiça solar. A reza. O Carnaval. A energia íntima. O sabiá. A hospitalidade um pouco sensual, amorosa. A saudade dos pajés e os campos de aviação militar<sup>59</sup>.

Nesse fragmento do MPB, como muitas análises já apontaram, tem-se um exemplo do mosaico textual construído por Oswald, com a sobreposição de uma visão “oficial” da história brasileira e uma outra, paródica e irônica, a do colonizado, que procura criticar a primeira: de um lado a *escola*, a tradição recente; do outro a *floresta*, a colonização passada; a mistura de *pajés* e *campos de aviação*, de *obuses* e *sabiá*, assim como todas as imagens desse tipo ao longo do texto, almeja a superação do fosso entre tradição e modernidade, entre atraso e progresso, assim como o compreendia o autor.

Todavia, é importante observar que a recorrência da primeira pessoa do plural, nos dois Manifestos, sinaliza a procura de um *nós* que o autor se esforça constantemente por evocar: “Só a antropofagia *nos* une”<sup>60</sup>. A apropriação da fala coloquial brasileira, sabe-se, esteve no centro das reivindicações modernistas de uma expressão estética adequada ao duplo imperativo de modernidade e nacionalidade. Oswald, no MA, pleiteava:

<sup>58</sup> Utilizaremos a partir de agora, MPB para o primeiro, publicado no *Correio da manhã* de 18 de março de 1924, e MA para o segundo, que saiu no primeiro número da *Revista de Antropofagia*, em 1º de maio de 1928.

<sup>59</sup> Andrade, “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, p. 330.

<sup>60</sup> *Id.*, p. 353.

A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. *Como falamos. Como somos.*(...)

O melhor de *nossa* tradição lírica. O melhor de *nossa* demonstração moderna<sup>61</sup>.

Assim, quando se considera que o autor vai buscar os predicados sócio-culturais que qualificam este *nós*, sobretudo nos repertórios populares, pressupõe-se que a “redescoberta do Brasil” apregoada pelos modernistas envolveu, em alguma medida, o esforço de aproximação deste grupo letrado e intelectualizado à moda europeia, com os universos da cultura dos grupos sociais subalternos.

Entretanto, o fosso social que separava esses espaços sociais, isto é, a disparidade entre o letrado e o oral, o erudito e o popular, com lastro em uma estrutura social altamente hierarquizada e concentradora dos capitais econômicos e culturais, deixou marcas na própria lógica que presidiu esta elevação do popular à “dignidade” literária. Nesse sentido, a celebração que perpassa o olhar oswaldiano sobre a interpenetração entre elementos “arcaicos” e “modernos” na formação da “base dupla e presente” do universo cultural brasileiro, pode traduzir a impossibilidade de enxergar aspectos problemáticos próprios à hibridização cultural, como se vê no MPB: “Bárbaro e nosso. A formação étnica rica”<sup>62</sup>. Dito de outra forma, celebrar tal interpenetração implica conceder que as assimetrias sociais – que a um só tempo legitimam e são legitimadas pelos princípios de divisão entre “popular” e “erudito” – nas quais se ancoram tais clivagens culturais, permaneçam fora do foco da tematização.

Assim, se o autor relativiza hierarquias culturais socialmente constituídas, parece ser à custa do apagamento das tensões sociais que estão na base de sua gênese. Isto é, a bricolagem literária com a qual Oswald promove a interpenetração entre conteúdos culturais, cuja hierarquização é correlata a um espaço social caracterizado por relações assimétricas entre os respectivos portadores dos mesmos, confere à reabilitação oswaldiana do popular um forte traço de conciliação social e, portanto, de esvaziamento do potencial de tensão aí existente. Estilisticamente, operada pelos seus procedimentos de síntese e fragmentação, essa tendência à conciliação produz figurações que decompõem as fronteiras sociais entre os espaços de sociabilidade e seus

<sup>61</sup> *Id.*, p. 327 (grifos nossos).

<sup>62</sup> *Id.*, p. 326.

ocupantes legítimos, recompostos em imagens em que o elemento de surpresa resulta do vínculo pacífico que aproxima esteticamente atores e práticas distantes, tanto social quanto culturalmente. Veja-se outro fragmento do mesmo manifesto:

Toda a história bandeirante e a história comercial do Brasil. O lado doutor, o lado citações, o lado autores conhecidos. Comovente. Rui Barbosa: uma cartola na Senegâmbia. Tudo revertendo em riqueza. A riqueza dos bailes e das frases feitas. Negras de jóquei. Odaliscas no Catumbi. Falar difícil<sup>63</sup>.

Na sequência enumerativa de aspectos sócio-culturais que o autor elege como ingredientes de sua poética, aparece, de súbito, logo em “*A riqueza dos bailes e das frases feitas*”, a visão festiva das “*Negras de jóquei*”, onde se sugere um vínculo de pertencimento por meio de um modo de apresentação indumentária, com os trajes que marcam uma posição social de elite, vestindo carnavalescamente uma figura proibida nas práticas e meios sociais correspondentes aí representados.

Portanto, levando-se em conta a perspectiva das relações entre a elite política e a elite intelectual paulista, o *nós* do universo literário e artístico apresenta-se com uma composição distinta em relação ao *nós* do campo político, posto que, como apontamos acima, a questão do elemento popular estava ausente dos debates e perspectivas dos grupos dirigentes do regime republicano. Assim, sua falta de representatividade no âmbito político era simbolicamente atenuada, nos círculos cultos da elite, pela presença de sua representação na esfera estética. Provavelmente, estamos diante de esquemas de percepção e apreciação gestados no interior de uma experiência social conformada pelas assimetrias sociais, das quais os grupos subalternos sempre estiveram separados. Compreende-se, assim, que decorresse daí uma visão do mundo social pouco afeita a aparições do elemento popular, senão em versões mais exóticas e pitorescas, ou em suas versões “domesticadas”, esvaziadas de suas conotações conflitivas, como parece ser o caso da versão oswaldiana.

De resto, provavelmente, a demanda de uma “domesticação simbólica” do popular era premente em uma sociedade onde o alto grau de exclusão, em todos os níveis, conjugava-se com a precariedade dos canais institucio-

---

<sup>63</sup> *Id.*, *ibid.*

nais de vazão dos conflitos e reivindicações, delineando um horizonte social atravessado por pontos de tensão, intensificados pela presença de práticas autoritárias oficiais, no trato com as populações subalternas, além de formas de controle características dos expedientes clientelistas.

## O paulicentrismo oswaldiano

É possível observar em Oswald, portanto, a tendência de empreender uma reescritura do Brasil – que vingou –, manifesta tanto no nível mais geral dos processos de formação do país, quanto no plano mais específico da história literária. O intrincado enlace entre estes planos narrativos atesta o grau de interpenetração de suas bases sociais, isto é, os embates no interior do campo literário e sua correlação com os confrontos desenrolados paralelamente no campo político. Assim, no fragmento acima citado do MPB, o autor aponta a linha selecionada como central na trama histórica brasileira: “Toda a história bandeirante e a história comercial do Brasil”<sup>64</sup>.

Essa tendência a equacionar “bandeirante”, logo, paulista, a “Brasil”, parece ser a premissa que orienta a visão do autor sobre nossa evolução literária. Isto é, Oswald transfere para o interior do enfrentamento do campo literário a matriz mobilizada pelos paulistas, nos combates internos ao campo político. A periodização da literatura nacional sugerida pelo autor elege, por um lado, a Semana de 22 como um marco divisório: “O trabalho da geração futurista foi ciclópico. Acertar o relógio império da literatura nacional”<sup>65</sup>. E, por outro, como prelúdio à sua poética, vista como um ponto de culminância: “Realizada essa etapa, o problema é outro. Ser regional e puro em sua época”<sup>66</sup>. Observe-se que o momento dos Manifestos parece assinalar uma inflexão na política literária oswaldiana: a busca de uma hegemonia do grupo paulista no plano nacional cede espaço às disputas pela liderança no interior do próprio grupo. Oswald reivindica para sua proposta o estatuto de refundação da cultura brasileira, considerada tanto em seu panorama interno, quanto em sua inserção no cenário cultural internacional: “É a coincidência da primeira construção brasileira no movimento de reconstrução geral. Poesia Pau-Brasil”<sup>67</sup>.

<sup>64</sup> *Id.*, p. 326.

<sup>65</sup> *Id.*, p. 330.

<sup>66</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>67</sup> *Id.*, p. 328.

No manifesto seguinte, a visão das propostas oswaldianas como um momento de refundação do país é reiterada e aprofundada com a presença de um forte elemento teleológico, presente na maneira linear com que Oswald opera a inserção da *Antropofagia*, e pelo relevo que esta assume, na história do Ocidente:

Queremos a revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. [...] Filiação. O contato com o Brasil Caraíba. [...] Montaigne. O homem natural. Rousseau. Da Revolução Francesa ao Romantismo, à Revolução Bolchevista, à Revolução surrealista e ao bárbaro tecnizado de Keyserling. Caminhamos<sup>68</sup>.

O autor atribui à sua proposta a proeza da inversão da relação colonizador-colonizado, transferindo-a também para o plano histórico interno: “A nossa independência ainda não foi proclamada. [...] Expulsamos a dinastia. É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte”<sup>69</sup>. Semelhante proposição, em larga medida, provavelmente seria impensável sem o lastro da experiência social própria de uma condição de classe que, já então situada econômica e politicamente, buscava complementar sua hegemonia por meio da elevação do papel de exportadora de matérias primas, no plano econômico, para a condição de exportadora também de produtos simbólicos, no plano cultural. Como observa Roberto Schwarz, “trata-se nada menos de conquistar a reciprocidade entre a experiência local e a cultura dos países centrais, como indica a exigência de uma poesia capaz de ser exportada, contra a rotina unilateral da exportação”<sup>70</sup>.

Vê-se por aí que o nacionalismo dos Manifestos atrela-se à busca de uma condição hegemônica no interior do campo literário e, em particular, no interior do grupo modernista paulista, na medida em que seu autor procura resguardar para suas proposições estéticas o significado de uma refundação/libertação cultural e civilizacional do Brasil. Ele fia a legitimidade e supremacia dessa busca no aventado pioneirismo de São Paulo, no contraste com os concorrentes nacionais, e, além disso, no suposto esgotamento da cultura ocidental em face da “originalidade nativa” e do vigor do “instinto Caraíba”, em contraposição às propostas europeias.

<sup>68</sup> *Id.*, p. 354.

<sup>69</sup> *Id.*, p. 359.

<sup>70</sup> Schwarz, *Que horas são?*, p. 27.

Não por acaso, a revisão histórica que se inscreve simbolicamente nesta estratégia de hegemonia literária não se limitou ao plano dos conteúdos, da montagem das tramas e encadeamento dos processos; chegou ao necessário complemento simbólico de sugestão de uma nova temporalidade para a história: “Contra as histórias do homem, que começam no Cabo Finisterra. O mundo não datado. Não rubricado. Sem Napoleão. Sem César”<sup>71</sup>.

O acento mítico dessa historicidade outra assim reivindicada acentua-se com a eleição de um tempo e lugar originários, implícitos na datação do manifesto, no final do texto, que, denotando a crença revolucionária votada por Oswald à suas propostas, instaura um novo calendário: “Em Piratininga. Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha, no. 1, ano 1, maio de 1928”<sup>72</sup>.

Pode-se dizer que a *antropofagia* oswaldiana, com todas as suas contradições, seria, portanto, uma metáfora daquilo que, na sua visão, deve-se repudiar, assimilar ou ultrapassar, em vista da construção de uma nova historicidade, considerada a partir do *locus* originário, tido como ideal, São Paulo, capaz de iniciar com eficácia uma reação *nacional ilustrada* contra o processo predatório da colonização.

## Ruptura e continuidade

Escapa aos propósitos deste texto a discussão da propriedade teórico-estética das proposições oswaldianas. Mesmo porque, como acerta Roberto Schwarz,

um poeta não melhora nem piora por dar forma literária à experiência de uma oligarquia: tudo está na conseqüência e na força elucidativa de suas composições. Não se trata de reduzir o trabalho artístico à origem social, mas de explicitar a capacidade dele de formalizar, explorar e levar ao limite revelador as virtualidades de uma condição histórica prática<sup>73</sup>.

Entretanto, à primeira vista, algumas dessas proposições instauram as mencionadas contradições, que estão na base da manutenção das prerrogativas definidoras da condição social do seu próprio autor. Tratar-se-ia de uma visão do mundo social que, refratada na lógica do campo literário, encontra-se impossibilitada de enxergar os vínculos entre a lavoura cafe-

<sup>71</sup> *Id.*, p. 357.

<sup>72</sup> *Id.*, p. 360.

<sup>73</sup> Schwarz, *Que horas são?*, p. 23.

eira, propriedade privada e patriarcalismo – ou seja, incapacitada de “ver com olhos livres” o descompasso entre “atraso” e “progresso” –, aos quais o MA opõe o elogio utópico ao comunismo e ao matriarcado indígenas? Ou, antes, essa mesma visão, ao tender para uma conciliação das disparidades mo que se configura, a um só tempo, por assim dizer, à “moda paulista” e à “moda oswaldiana”.

Essa versão oswaldiana do nacionalismo, que circulava no começo do século, em São Paulo, presente tanto no campo político como no literário, aponta para as relações internas à elite paulista, isto é, para os compromettimentos recíprocos entre alguns elementos de suas frações política e intelectual. Parece, portanto, existir um paralelismo entre o caminho trilhado pelo grupo modernista, e, em seu interior, a trajetória de Oswald, e aquele percorrido pela elite política paulista. Isto é, existe uma homologia identificável entre as trajetórias e as posições ocupadas por cada um, em seus respectivos campos, sendo que Oswald parece ser o ator social que amarrou mais firmemente o vínculo entre ambos os grupos e que ajuda a melhor compreender as afinidades simbólicas entre eles.

Considerando que essas afinidades são também constituídas pela experiência social configurada em função da origem e trajetória de cada um e atualizadas segundo as possibilidades inscritas nas posições que venham a ocupar em um determinado campo, é plausível supor entre eles certa similitude de *habitus*<sup>74</sup>, a atuar como fator responsável pelas afinidades apontadas em suas tomadas de posição. Posto que, entre as disposições do *habitus*, encontram-se os esquemas de percepção e apreciação ativados no trabalho de construção simbólica dos objetos que compõem o mundo social, é possível compreender a recorrência de traços simbólicos presentes em Oswald e no imaginário bandeirante. É também uma relação de compensação simbólica, identificada entre o campo político e literário, quanto ao delicado problema de inclusão/exclusão das populações subalternas e, por fim, a “representação domesticada” do popular, operada nos Manifestos, como a forma estética assumida pelo ajustamento entre as sensibilidades e percepções apreciativas de escritores e políticos.

---

<sup>74</sup> Segundo Bourdieu, o *habitus* consiste em “sistemas de disposições que, sendo o produto de uma trajetória social e de uma posição no interior do campo literário (etc), encontram nessa posição uma oportunidade mais ou menos favorável de atualizar-se” (*As regras da arte*, p. 243).

Por fim, não espanta a boa acolhida que modernistas, e Oswald em particular, gozaram entre os círculos cultos das altas rodas paulistanas, a despeito de suas diferentes posições e trajetórias. O caráter de dependência que, como se viu, pode ser atribuído à relação entre os escritores modernistas e os grupos dirigentes de São Paulo, constituiu, para os primeiros, um trunfo na luta pela sua afirmação literária. Em outras palavras, muito provavelmente foi a condição de secundários (para não dizer “dominados”), em relação ao campo do poder, que em larga medida os alçou à posição de principais, no interior do campo literário. Entretanto, cabe salientar que tal dependência não parece configurar uma relação unilateral. Isto é, havia nela certo grau de reciprocidade, já que, por meio dela, a elite política pôde auferir dividendos simbólicos em prestígio cultural e político. Aliás, os espaços e formas de sociabilidade em que se inscreviam estes atores, compunha, com alta probabilidade, em face do índice e distribuição social da alfabetização então vigente, também os circuitos majoritários de circulação das obras modernistas. Esta coextensividade entre os circuitos de circulação de obras, autores e leitores, aponta para um aspecto central das condições sociais formadoras da sensibilidade poética e política destes homens que buscaram para si a condição de vanguarda na condução das letras e dos negócios da nação.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Modernismo emergiu num complexo campo de forças e lutas simbólicas, composta pelo choque direto entre grupos letrados postulantes à hegemonia cultural e política e, indiretamente, pelo embate entre as suas formas de percepção e os universos culturais dos grupos subalternos marginalizados da Primeira República. Com relação aos primeiros, o Modernismo encenou a ruptura de um vínculo cuja solidez permaneceu insuspeita sob a nuvem de fumaça despendida por seus ataques; em relação aos segundos, a acolhida distante ou inexistente demonstrou a incapacidade das novas propostas de recompor um laço continuamente cindido, de cujo esgarçamento somos ainda hoje tributários.

### **Referências bibliográficas**

- ALMEIDA, Guilherme e ANDRADE, Oswald de. *Mon coeur balance; Le âme*. Trad. de Pontes de Paula Lima. São Paulo: Globo, 1991.
- ANDRADE, Mário. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, s/d.
- ANDRADE, Oswald de. *Poesias reunidas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

- \_\_\_\_\_. “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” e “Manifesto antropófago”, em TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação crítica dos principais manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1875 até hoje*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Um homem sem profissão: sob as ordens de mamãe*. São Paulo: Globo; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Estética e política*. Pesquisa e organização de Maria Eugênia Boaventura. São Paulo: Globo, 1992.
- BOAVENTURA, Maria Eugênia. *O salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Ex Libres, 1995.
- BOSI, Alfredo. *Céu, inferno*. São Paulo: Ática, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- \_\_\_\_\_. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro, 1: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- BROCA, Brito. *Vida literária no Brasil, 1900*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- CAMARGOS, Márcia. *Villa Kyrial: crônica da belle époque paulistana*. São Paulo: Senac Editora, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8ª. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos governos militares a Prudente-Campos Sales”, em FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930)*. v. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda no Brasil*. São Paulo: Perspectiva / Edusp, 1994.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz / Edusp, 1985.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. “As influências regionais”. , em \_\_\_\_\_ (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico – do Império à República*. v. V. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- LOVE, Joseph. “Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira”, em FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930)*. v. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1915-1933)*. v. VI. São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1978.
- MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Recebido em janeiro de 2009.

Aprovado para publicação em maio de 2009.

## resumo/abstract

### Entre política e literatura: o Brasil de Oswald de Andrade

Giordano Barlin Bertelli e Tânia Pellegrini

Este artigo procura empreender uma análise mais sociológica do que literária de alguns aspectos do nacionalismo de Oswald de Andrade, enfocando predominantemente o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* e o *Manifesto Antropófago*. A partir da perspectiva das relações entre campo literário e campo político, de acordo com as formulações de Pierre Bourdieu, procuramos assinalar as condições, literariamente traduzidas, que atuaram na configuração da visão oswaldiana do mundo social brasileiro.

**Palavras-chave:** Modernismo, nacionalismo, manifestos, campo literário, campo político, Oswald de Andrade

### **Between Politics and Literature: Oswald de Andrade's Brazil**

This article aims to proceed a more sociological than literary reading of some aspects of nationalism in Oswald de Andrade, focusing predominantly the *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* and the *Manifesto Antropófago*. Departing from the perspective of the relationship between literary field and political field, according to Pierre Bourdieu's formulations, we try to signal the conditions, literarily translated, that acted upon Oswald de Andrade's vision of the Brazilian social world.

**Keywords:** Modernism, nationalism, manifestos, literary field, political field, Oswald de Andrade